



PODER, SABER E SUBJETIVIDADE: MICHEL FOUCAULT E A CRÍTICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

¹Prof.^a M.^a Beatriz Sabia Ferreira Alves

RESUMO

Este trabalho pretende considerar as descrições, análises e problematizações de Michel Foucault como um marco importante para a reconstrução do discurso teórico e para a composição de uma perspectiva crítica das Relações Internacionais, reconhecendo que o conhecimento legitima uma posição de poder e que a maioria das teorias empregadas na área utiliza essa premissa para justificar os comportamentos dos agentes. O discurso usado no campo serviu como instrumento de perpetuação do comportamento do Estado e das justificativas políticas de guerra e segurança. Foucault também vai fornecer estudos sobre a esfera do poder para que exista uma melhor compreensão do poder não como a dominação por parte de um soberano e sim como ações políticas que produzem sentidos sociais. As premissas foucaultianas de poder, saber e subjetividade contribuem para uma análise crítica e para a resistência aos modelos positivistas. Nessa pesquisa, a análise bibliográfica será a ferramenta principal para ponderar os escritos de Foucault e as obras teóricas de Relações Internacionais e para considerar a crítica como caminho para um conhecimento mais abrangente e contextualizado do campo.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Michel Foucault. saber, poder e crítica.

INTRODUÇÃO

A delimitação do conteúdo próprio à área ainda não tem contorno definido e nem definitivo. O conjunto de fenômenos que estabelece as relações internacionais não apresenta categorias específicas. Mesmo que hoje exista uma maior autonomia, as Relações Internacionais foram por muito tempo identificadas apenas como Política Internacional e/ou diplomacia. A definição objetiva deste campo é ainda um tanto contestada, visto que a mesma acaba por estar subordinada a alguma teoria pré-determinada. Com isso, as concepções se encontram distantes, com elementos e enfoques diferentes. Grande parte dos elementos que compõem a realidade internacional não tem existência concreta, pois são objetos que derivam de atividades mentais, de relações peculiares e de perspectivas compartilhadas pelos agentes. Mesmo com a variedade de sentidos, alguns elementos sempre estiveram presentes, o que acabou por sintetizar as demarcações em dois caminhos, o primeiro que envolve os fenômenos de guerra e paz e situações de cooperação e conflito, e o segundo que resulta das relações entre Estados estabelecidas por choque de interesses.

O ponto comum é a figura do Estado como eixo central das Relações Internacionais.² No entanto, novos discursos, práticas, regras e instituições surgem e condicionam as dimensões dos fenômenos internacionais e a possibilidade de uma nova análise é parte do objetivo dessa pesquisa. Os grandes debates da área foram focados nesses dois caminhos,

¹ Professora e coordenadora do Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sagrado Coração. Doutoranda em Ciências Sociais pela UNESP Marília. E-mail: biasabia@hotmail.com

² Utilizar o termo em letras maiúsculas faz referência ao campo de conhecimento, enquanto que o termo em letras minúsculas engloba os fenômenos e relações do sistema internacional.

variando com a concepção que se tinha do comportamento dos atores, tentando desvendar novos campos de estudo: A evolução teórica das Relações Internacionais tem sido marcada por “Grandes Debates” – os quais registram o confronto das teorias emergentes com as teorias dominantes. Não por coincidência, o confronto entre novas e antigas teorias tem se seguido a mudanças significativas na estrutura e no funcionamento do sistema internacional. Por entender que a teoria dominante não é capaz de dar conta de elementos novos, que se destacam no curso das relações internacionais, os pesquisadores buscam aprofundar suas reflexões com a finalidade de obter formulações teóricas mais ricas, que abram caminho para o conhecimento mais verdadeiro da realidade das relações internacionais. (GONÇALVES, 2003, p. 17)

O primeiro projeto de pesquisa pertinente a uma investigação das perspectivas críticas nas Relações Internacionais foi consolidado na dissertação de mestrado e estruturado em torno da teoria habermasiana, em uma tentativa de demonstrar a importância de uma mudança de paradigma na área. Com a análise das obras de Habermas e dos preceitos da Teoria Crítica ficou mais fácil compreender que as teorias são condicionadas pela influência cultural, social e ideológica. A crítica elucida as perspectivas latentes, os interesses e os valores que permeiam qualquer teoria. Além disso, ela incorpora a influência que os interesses têm na produção teórica. Esse ponto é crucial para compreender o comportamento das Relações Internacionais ao longo dos debates teóricos.

A teoria crítica habermasiana é uma teoria prática, explicativa e normativa, com a característica de reconstruir e descobrir perspectivas emancipatórias. Habermas apresenta uma transformação da Teoria Crítica, partindo da premissa de percepção da intersubjetividade da ação comunicativa e do início da busca pela compreensão de uma racionalidade comunicativa, distanciando-se das bases da Escola de Frankfurt. Um de seus importantes rompimentos foi considerar que a garantia da existência material parte de um acordo comunicativo e que a comunicação linguística é o instrumento que garante a reciprocidade. Ele ainda propõe uma análise normativa da política, nesse caso seu grande desafio é produzir conceitos éticos que possam ser aplicados na prática, lidos no mundo da vida e oferecidos como teoria. Uma vez que, todo o conhecimento normativo implica na necessidade de produzir parâmetros para a avaliação das relações sociais.

Suas concepções acerca do projeto inacabado da Modernidade incentivam a investigação de saídas para renovar o discurso filosófico, por meio de um novo conceito de sociedade capaz de integrar o mundo da vida e os sistemas na busca de recursos para fazer frente às patologias sociais da modernidade. Ele ainda tenta em sua teoria político-normativa estabelecer a relação entre direito e sociedade por meio da vinculação entre sua teoria do discurso e uma teoria sociológica, ou seja, uma teoria normativa orientada pelos princípios básicos da ação comunicativa.

A obra de Habermas vai contribuir para uma visão mais ampla da linguagem, que a compreenda como um instrumento capaz de concretizar as ações, a fala passa a fazer parte da categoria da ação e não funciona mais apenas como uma descrição da realidade. No entanto, dentro de uma proposta crítica às Relações Internacionais, a teoria habermasiana não faz jus a autocrítica e seu limite se evidencia na característica restrigente da própria teoria normativa.

Cada perspectiva teórica das Relações Internacionais tem uma justificativa histórica, e teve sua evidência quando o contexto histórico era propício. Isso fica muito claro quando se pondera as transformações que a Guerra Fria trouxe para os estudos, pensar que o fim da ordem bilateral e das disputas de poder sem um conflito em si abriria as portas para o

questionamento das respostas realistas ou que o tema da interdependência se tornaria tão forte com as intensas transformações da economia internacional, era praticamente impossível.

[...] Esse campo de estudos caracteriza-se, assim, por uma referência ontológica comum, a qual é debatida e redefinida continuamente - embora apenas marginalmente -, como resultado da produção intelectual dos analistas das relações internacionais. Isso significa dizer que a própria ontologia do campo não está perfeitamente assentada, visto que, embora não se discuta a inclusão, no conjunto 4 dos temas relevantes para esse campo, de alguns fenômenos, outros, sim, constituem objeto de controvérsia entre os analistas das relações internacionais [...] (ROCHA, 2002, p. 57)

Atualmente, o debate das Relações Internacionais está centrado em discussões realistas, liberais e construtivistas, essa última com todas as suas variantes. Ainda há muito para ser realizado em termos de pesquisa, para definir quais interesses perpassam as teorias e quais são os modelos de compreensão e de explicação para além das teorias tradicionais. Para compreender o porquê dos estudos serem sedimentados em apenas dois caminhos e os discursos privilegiados neste contexto, precisa-se recorrer aos pilares de cada uma dessas teorias que foram ajustadas ao conteúdo das Relações Internacionais.

Assim sendo, a expectativa desta investigação é encontrar em outros autores novas perspectivas que esclareçam como essas teorias tão enraizadas foram capazes de estruturar o discurso do campo durante tanto tempo e quais seriam as possibilidades de romper com essa realidade. Contudo, sem deixar de seguir o intuito da pesquisa anterior, que é encontrar alternativas críticas para a área.

O autor escolhido para tal tarefa é Michel Foucault, que assim como Habermas se aventurou pelas diversas áreas do conhecimento e por isso, as suas percepções são muito abrangentes, o que torna essa pesquisa um tanto desafiadora. A decisão de propor um novo autor vem da vontade de explorar cada vez mais as oportunidades teóricas voltadas à crítica que se abrem no campo, tentando abranger a realidade tão complexa das Relações Internacionais por outro olhar para não se perder em um reducionismo dos novos atores e das categorias de análise que se tornaram fundamentais.

O intuito é buscar diferentes respostas para a mesma dificuldade que é tão persistente nas conceituações teóricas da área, ou seja, a fraqueza de sua qualidade crítica.

O PROBLEMA DA CRÍTICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A globalização trouxe transformações definitivas para o olhar crítico das preocupações pertinentes ao sistema internacional. O multiculturalismo, as questões culturais, os Direitos Humanos, o papel das ideias e dos interesses, entre outros, se tornaram conceitos centrais para uma avaliação do comportamento das sociedades dentro e fora de suas fronteiras. A ordem estadocêntrica, que era definida e delimitada pela vontade e soberania dos Estados vai se transformando em uma ordem ampla, que abrange diversas facetas e que celebra a importância dos pactos internacionais. Compreender essa nova realidade que se desdobra traz as Relações Internacionais um novo mundo teórico e a oportunidade de se libertar das amarras realistas e liberais.

O campo teórico se depara com a oportunidade de discutir novos temas e renovar a agenda teórica, tão presa ao formalismo. E pode se abrir as questões filosóficas, normativas, antropológicas, sociológicas, etc. Com a revisão conceitual nota-se o momento crucial em que a teoria se encontra, de descobrir e ser redescoberta. As Relações Internacionais estão frente à

oportunidade de se distanciar das questões de governo, políticas e econômicas, como as representações diplomáticas ou o comportamento das redes do mercado.

A própria formação acadêmica dos cursos de Relações Internacionais na grande maioria dos casos é voltada para estudos econômicos e de segurança, o que contribui para um silêncio crítico nas pesquisas que realmente proporcionam o desenvolvimento de um conjunto de estudos consistente de teoria no Brasil. Esses conceitos não foram totalmente excluídos da agenda teórica e ainda podem ser integrados aos temas que surgem, demonstrando a relevância e a complexidade dos estudos internacionais. O questionamento metateórico, que é realidade hoje, pode produzir novas linhas de pensamento que realmente colaborem para o avanço da disciplina e também para o seu reconhecimento. As práticas internacionais mudam os comportamentos em uma velocidade que as teorias tradicionais não compreendem, não sendo a base material que define sempre as relações internacionais, já muitas vezes ela não é suficiente.

A área das Relações Internacionais é repleta de possibilidades, conceitos e contribuições, cabendo aos estudiosos compreender esse fato para permitir uma reflexão mais livre e mais crítica, que colabore para o progresso do conhecimento no campo.

[...] isso tem se traduzido no trabalho de definir, com alguma precisão, os limites da realidade das relações internacionais, bem como de produzir um dispositivo conceptual que resulte em análises integradas, as quais, por sua vez, possam permitir ir além das análises parciais produzidas pela Economia Internacional, pelo Direito Internacional, pela História Diplomática e pela Política Internacional. É cada vez maior o reconhecimento que as relações internacionais são extremamente complexas e abrangentes para serem submetidas às estreitas medidas estabelecidas por essas disciplinas. Ainda que cada uma delas possa iluminar aspectos relevantes da realidade, somente uma análise que combine, de modo articulado, conceitos elaborados por esses campos específicos poderá compreender sua extensão e sua densidade. Em outras palavras, o grande desafio enfrentado pelas Relações Internacionais é o de assumir sua indispensável multidisciplinaridade. (GONÇALVES, 2003, p. 1)

Apesar do estudo das Relações Internacionais ter ganhado fôlego nos últimos vinte anos, a literatura sobre o tema no Brasil ainda é um tanto tímida. Os estudos de política externa e do comportamento do Estado brasileiro no sistema internacional ainda são perpetuados como os grandes pilares da disciplina, enquanto que a produção teórica aparece com menos frequência nos debates acadêmicos. Ao longo da história da disciplina, enquanto área específica do conhecimento, os estudos voltados a temas como guerra e segurança sempre foram prioritários.

A carência de interesse acadêmico nas teorias, que remetem aos aspectos culturais e sociais e principalmente a uma teoria crítica das Relações Internacionais, vem da dificuldade de determinar e reforçar a presença e o papel do “outro” na construção das identidades frente a tradicional concepção do “outro” como ameaça e também da grande força que o realismo apresentou desde os anos 80.

No Brasil, os trabalhos voltados para a área ainda não tem grande expressão. Os principais estudos até os anos 70 compunham-se de livros de memórias de militares ou diplomatas, seguindo a tradição e legitimando as formas de inserção nacional. Os principais temas eram os acontecimentos na Bacia do Prata e as relações com a África.

A produção militar brasileira sempre foi direcionada para uma estratégia geopolítica, que demonstrasse o papel “adequado” desempenhado nas fronteiras nacionais. No período da

ditadura militar não se podia escrever abertamente sobre os posicionamentos do Brasil no cenário internacional sob ameaça de consequências graves, como prisão e tortura. Até os jornais e as revistas estavam na mira da censura. Este período foi de retrocesso para o estudo das Relações Internacionais no Brasil. Mesmo que no meio acadêmico existisse a pretensão de estudar e discutir o desempenho do Brasil no cenário internacional, o monopólio era do Ministério das Relações Exteriores.

Não havia o estímulo para que se formassem pesquisadores capazes de debater sobre o assunto fora do meio diplomático. Apesar da escassez deste tipo de estudo, ainda é possível encontrar traços do discurso tradicionalista. No final dos anos 90, diversas pesquisas que acompanhavam essas diretrizes foram se acumulando, cada uma querendo esclarecer o seu papel no governo pós-militar. Os estudos característicos desse período fazem parte da chamada História Diplomática e são fruto da acumulação dos trabalhos de chancelaria, ou seja, as impressões dos funcionários do governo sobre o internacional. Alguns desses autores da História Diplomática buscaram entender as regularidades históricas dos comportamentos dos Estados no cenário internacional e romperam com esse discurso. A produção acadêmica sobre o assunto era direcionada por historiadores, economistas e juristas, principalmente nas publicações desde 1958 da Revista Brasileira de Política Internacional publicada pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, fundado quatro anos antes. Outros periódicos como a Revista de Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e a Revista Brasileira de Estudos Políticos da Universidade Federal de Minas Gerais dedicavam relatos esparsos aos temas da política externa brasileira. A área das Relações Internacionais carecia de especialistas *stricto sensu* para que pudesse desenvolver programas de ensino e de pesquisa satisfatórios sobre o Brasil e sua posição no internacional. Ainda hoje, por mais que a área esteja em ascensão e novos estudos estejam sendo formulados, o campo das Relações Internacionais no Brasil é muito restrito e também restritivo, quando a maioria dos pesquisadores se vincula a correntes teóricas que limitam a exploração do potencial e do conteúdo científico das análises internacionais.

Somente em 1973, uma disciplina intitulada “Relações Internacionais” foi oferecida na grade curricular do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Acompanhada, logo depois, de uma disciplina voltada para a política continental praticada com os Estados Unidos. No entanto, essas disciplinas deixaram de ser oferecidas em 1982 e só voltaram aos programas nos anos 90. As únicas disciplinas que almejavam um conteúdo relacionado ao internacional faziam parte da disciplina de Direito Internacional em faculdades de Direito, mas não atendiam as preocupações de quem desejava conhecer as vertentes históricas e políticas do tema. A própria Ciência Política é uma área muito recente no Brasil, pois até 1964 qualquer campo pertinente às Ciências Humanas era objeto de censura. A Universidade de Brasília foi a pioneira e em 1974 criou o curso de graduação em Relações Internacionais.

O fim da ditadura, a anistia em 1979, a política de abertura e as mudanças no plano político-institucional ofereceram novos rumos à disciplina. Em 1980, na Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) surgiu o “Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa”, que durou até 1994. Hoje, o grupo “Política Internacional” tem sua presença assegurada.

Recentemente, os estudos das Relações Internacionais apresentam uma intensa evolução. Os novos movimentos de integração regional, como o MERCOSUL e a globalização, entre outros temas, impulsionaram projetos de pesquisa específicos na área, tanto de graduação, quanto de pós-graduação. Mas essa realidade ainda é muito limitada e a necessidade de maior investimento em pesquisa é muito grande.

O sistema internacional foi durante muito tempo assinalado como um espaço anárquico e a política como uma atividade dominada por interesses e confrontos. Essa caracterização permitiu a ideia de um sistema internacional distante dos processos históricos, normativos e sociais.

A finalidade desta pesquisa não é simplesmente encaixar Foucault em um contexto teórico dentro das Relações Internacionais, e sim utilizar a sua teoria como um instrumento para determinar o que seria a crítica e para compreender como essa crítica pode ser utilizada na área das Relações Internacionais para ser capaz de responder aos seus desdobramentos. É na verdade um esforço de trazer aos debates acadêmicos, discussões epistemológicas, ontológicas e metodológicas que possam estimular os leitores a pensar criticamente sobre o campo e a sua infinidade de sentidos e ainda derrubar a distinção arbitrária positivista que se realiza entre realidade e narração da realidade.

MICHEL FOUCAULT E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Encaixar Foucault em um campo disciplinar específico é praticamente impossível, pois as suas proposições são um emaranhado de problematizações históricas que abrangem a subjetividade, os desafios políticos e institucionais, o poder e o saber e que estão sempre em transformação, ou seja, o seu pensamento não deve ser compreendido como algo terminado. Ele fez um caminho crítico muito particular que se distancia das teorias já utilizadas, o seu trabalho é caracterizado por uma espiral hermenêutica de questionamentos e reflexões, que dedica uma grande importância ao contexto histórico, assim como os filósofos frankfurtianos.

Para Foucault em cada contexto histórico, a categoria de poder é diferente e instrumentalizante. Uma perspectiva crítica em Foucault seria caracterizada por seus argumentos relacionados ao potencial emancipatório da razão. Por mais que tentemos usar a razão para buscar a emancipação, o que vamos conseguir é construir novas formas de aprisionamento. Foucault olha a vida procurando nas práticas sociais os fenômenos de aprisionamento. A palavra-chave para esse olhar é o “eterno retorno” de Friedrich Nietzsche, ou seja, estamos presos à circularidade do saber-poder, e o mesmo aconteceria com as teorias de Relações Internacionais, que estão completamente condicionadas aos estudos limitantes das teorias já pré-concebidas. Neste sentido, é possível identificar duas possibilidades diferentes, mas complementares, para a apreciação das lutas sociais e dos fenômenos pertinentes ao campo internacional. A primeira apontada pela visão emancipatória de Habermas e a segunda, pela perspectiva da luta permanente e das situações de dominação, sobretudo discursivas, demonstradas por Foucault. Foucault e Habermas embora sejam dois autores complexos e de extrema importância para as ciências como um todo, se diferem em muitos aspectos. Foucault já chegou até a afirmar que era mais que um historiador empírico interessado em atingir as resistências aos vários tipos de poder, se afastando um pouco da posição, assim chamada, “transcendental” de Habermas (HANSSEN, 2008).

Como já visto, Foucault vai partir de uma premissa desconstrutivista baseada em Friedrich Nietzsche que procura entender as contracondutas e os pontos de resistência aos diferentes tipos de poder para identificar a história dos particulares e das particularidades, enquanto que a perspectiva habermasiana parte de um ponto de vista otimista, buscando soluções normativas dentro da razão comunicativa e defendendo a modernidade. Portanto, essa nova pesquisa levará a diferentes perspectivas críticas e a diferentes apreciações sobre as Relações Internacionais. Foucault concebe a teoria como estratégia de poder:

[...] a teoria tem um caráter local, pragmático, que enfrenta e procura dar conta de áreas específicas, evitando a todo custo as perigosas e imprecisas totalizações; teoria que é caixa de ferramentas, estratégia de luta, apontando os focos e as estratégias de poder. (MAIA, 1988, p.04)

Apesar da abordagem de Foucault discutir muito a questão do poder e de força nos discursos, não podemos aproximá-lo da vertente realista, pois ele traz os elementos valorativos, os saberes, que vão justificar as práticas de poder, enquanto que no realismo são somente os elementos de força que institucionalizam as relações. Para os foucaultianos, as lutas são travadas por meio de irracionalidades que sustentam a razão e subsidiam os interesses; a paz depende do domínio. Para os realistas, a luta é recoberta por uma naturalidade e a paz é possível pela equivalência de forças.

É importante demonstrar as importantes contribuições de Foucault na análise das relações entre poder, saber e sujeito, isto é, não há saber sem relação de força e sem sujeito, não há poder sem conhecimento e sem sujeito e não há sujeito sem verdade. Esse constante entrelaçamento entre saberes, poderes e subjetividades é a principal chave proposta por Foucault para se pensar os problemas atuais.

Em uma conferência de 1973, *A verdade e as formas jurídicas*, Foucault procurará estabelecer que o saber está estritamente ligado às relações de poder e que o discurso não pode ser considerado como livre, pois existe uma série de mecanismos de produção e circulação para enquadrá-lo. Na aula inaugural de *A ordem do discurso*, Foucault tenta elucidar como o discurso não é neutro e está sempre entrelaçado às questões de poder e desejo.

[...] suponho que em todas as sociedades a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade” (FOUCAULT, 1999, p. 9)

No fim da década de 70, Foucault ponderava e refletia sobre as relações entre crítica e Esclarecimento, bem como as orientações da filosofia contemporânea a partir dessa problematização.

As aproximações das Relações Internacionais, que podem ser mencionadas inicialmente, com o pensamento de Foucault, são as suas análises sobre a razão de Estado, o Tratado de Vestifália e o equilíbrio de poder europeu nas aulas do Collège de France compiladas em *Segurança, Território e População* de 1977-1978. Ele tenta demonstrar o avanço de uma razão específica na Europa, a razão governamental e exemplificar a importância do Estado dentro desse tipo de racionalidade. Já que o Estado tem uma necessidade racional e essa razão funciona como um mecanismo de inteligibilidade:

O Estado é o que deve estar no fim da operação de racionalização da arte de governar. A integridade do Estado, o acabamento do Estado, o fortalecimento do Estado e seu restabelecimento, se ele foi comprometido, se alguma revolução o derrubou ou, por algum momento, suspendeu sua força e seus efeitos específicos, é tudo isso que deve ser obtido pela intervenção da razão de Estado. O Estado é portanto o princípio da inteligibilidade do que é, mas também do que deve ser. E só se compreende o que é o Estado para melhor conseguir fazer o Estado existir na realidade. [...] (FOUCAULT, 2008, p.385)

Foucault comprova como o Estado se autoconstitui como realidade empírica, o que lhe dá a característica de universalidade e o coloca acima até do direito. O Estado precisa ser pensado como uma estrutura permanente. Um ponto a ser discutido dentro dessa perspectiva é a força do Estado. A genealogia que Foucault faz do Estado Moderno vem das práticas e mecanismos nos quais o poder se reativa e se fortalece. Colocando essas apreciações dentro da proposta desta pesquisa, pode-se debater como as teorias fazem parte dos dispositivos, ou seja, das práticas, saberes e discursos. Como o sistema internacional é um aglomerado de Estados, a questão do espaço internacional e do equilíbrio europeu são temas atuais para o debate, principalmente pela paz armada atual que não dispensa a extra-territorialidade e a tecnologia de informação.

A razão nasceu de uma discussão de qual papel o Estado deveria exercer, é uma questão política e não filosófica. Para Foucault, o Estado não se secularizou, ele se governamentalizou. Essa governamentalidade surge de um modelo cristão de pastorado para depois se apoiar em uma técnica diplomático-militar e em uma concepção mais contemporânea, remeter a polícia.

Neste curso, ele procurou analisar os problemas específicos da população, o que o levou diretamente ao problema do governo. Em outro curso, em 1979, na Universidade de Stanford, intitulado *Omnes et Singulatim: towards a criticism of political reason*, ele expõe suas apreciações sobre a razão e as relações de poder.

Ainda afirma que “se o Estado é a forma política de um poder centralizado e centralizador, chamemos de pastorado o poder individualizador.”. Diferente da relação de soberania, onde o povo deve servir ao soberano, no pastorado, o pastor serve ao rebanho, cuidando para o bem viver do rebanho. Ele se utiliza da figura do pastorado para demonstrar como o biopoder se aproxima muito mais desse tipo de governo que da soberania, pois indivíduo e coletividade são duas unidades nas quais esse tipo de poder incide. Assim como o biopoder. A passagem do poder pastoral para o biopoder é a racionalidade do exercício de poder, ou seja, a governamentalidade.

As sociedades:

[...] desenvolveram uma estranha tecnologia de poder ao tratarem a imensa maioria dos homens como rebanho com um pulso de pastor. Assim, elas estabeleceram entre os homens uma série de relações complexas, contínuas e paradoxais. (FOUCAULT, 2003, p. 361)

Apesar dos estudos acerca das transformações políticas europeias serem voltados em sua maioria para a organização centralizada do Estado, Foucault parte para uma abordagem relacionada ao desenvolvimento das técnicas de poder voltados aos indivíduos e dedicadas a dirigi-los continuamente.

São três aspectos característicos do poder: o poder da soberania, que se baseia em um discurso moral e toda violação é entendida como uma violação da vontade do soberano, o dispositivo desse poder é a lei e apela diretamente para uma racionalidade da obediência; o poder disciplinar que cria a obediência e sua atuação está inserida em uma margem ampla, que é a normalização, também é caracterizado por um processo de socialização e ressocialização contínuo e; o poder governamental, entendido como governamentalidade ou biopolítica, é um dispositivo de segurança que atua em relação direta com a população como um vetor de condutas e aqui, pode-se perceber como a população se torna instrumento do governo.

A governamentalidade deve funcionar como uma razão de Estado, mas seu princípio não deve ser o fortalecimento do soberano e sim do próprio Estado, para que exista um maior conhecimento sobre as forças do Estado, sua capacidade e os meios para desenvolvê-la. Essa razão de Estado não pode ser única e deve se apoiar em diferentes instituições. O aspecto mais importante do poder é a sua relação com o governo, das ações sobre as condutas. E da governamentalidade é a sua capacidade de se dirigir a cidadãos livres. Nesse caso, o biopoder tem a função de cuidar da vida e é uma relação assimétrica que designa a autoridade e a obediência. Ao se governamentalizar, os Estados se tornam mais poderosos, as próprias organizações internacionais acabam se prendendo na noção de uma precedência do poder dos Estados em relação aos outros poderes.

These arguments of Foucault's were limited, of course, to the domestic arenas of modern 'governmentalised' societies. But in recent years a number of authors have sought to argue that contemporary international politics and world order are increasingly displaying the same features. We are now living, as one recent edited collection suggests, in an era of 'global governmentality'.⁶⁸ Right across this range of work, Foucault's writings provide tools not simply for analysing discrete techniques and practices of liberal governance, but instead, and much more ambitiously, for developing a newly Foucauldian picture of contemporary world order. Within this work, Foucauldian emphases are effectively 'scaled up' from the domestic social arena, furnishing novel analyses of world order and international relations under the reign of global liberal bio-politics. (SELBY, 2007, p. 334)

No sistema internacional, a governamentalidade é anônima, pois ela não é personificada em um único ente e sim em diferentes atores. Portanto, o campo das Relações Internacionais é um campo de conhecimento e relações sem um poder centralizado e com isso, surge o problema da circularidade, o poder circula pelas relações, se modificando e transformando essas relações. Nas Relações Internacionais, o poder não deve ser entendido como a capacidade de dominação de determinado soberano e sim como as ações políticas de inclusão e exclusão que produzem os sentidos sociais. O contexto social dos discursos deve instituir os limites daquilo que pode ser legitimamente argumentado.

The international is not, of course, an asocial realm where abstract balances and purely political forces hold sway; it is a dense social space that is filled and constituted by all manner of cultural, political and economic flows. However, it is also a space where power tends to be much more concentrated and centralised than it is within the domestic social arena. (SELBY, 2007, 339)

Com seu trabalho genealógico Foucault integra a categoria do poder e suas preocupações se voltam para as relações de verdade e modalidades de poder. A genealogia é uma descentração do discurso. Em Nietzsche, genealogia e história de 1971, a genealogia serve para indicar o diagnóstico de uma sedimentação histórica das relações de força em normas morais, normalizações e códigos de legitimação.

[...] Como uma contra-história, a genealogia estava em oposição à meta-história, à história tradicional e às metafísicas da vontade de poder; como uma força contrária, a nova história poderia, em qualquer momento, intervir para inverter o status quo. [...](HANSSEN, 2008, p. 349)

O conceito de poder em Foucault tem grandes efeitos no pensar político das Relações Internacionais e possibilita a libertação das teorias das afirmações baseadas no senso comum,

Universidade do Sagrado Coração

Rua Irmã Armanda, 10-50, Jardim Brasil – CEP: 17011-060 – Bauru-SP – Telefone: +55(14) 2107-7000

www.usc.br

de que só o Estado é responsável pela política e pela constituição das normas e das estruturas democráticas, que impedem uma maior reflexão sobre o político. O poder não está presente somente na esfera do Estado, está também nas esferas mais resguardadas da liberdade dos cidadãos. As contra-condutas no campo das Relações Internacionais são os estudos que fogem do mainstream da disciplina, como os pós-coloniais e feministas, que podem ser considerados como uma ruptura epistemológica. O primeiro acenou para o domínio acadêmico exercido pelos países considerados como potências no sistema internacional e o segundo, que traz as questões de gênero à tona. A principal característica dessas contra-condutas é retirar do Estado a qualidade de padronizador do pensamento.

Desse ponto de vista, pode-se destacar as contribuições recentes dos estudos feministas e pós-coloniais, recentes pois a atenção das abordagens teóricas da área só se voltaram para inquietações acadêmicas fora da esfera ocidental e para as questões de gênero há poucas décadas.

A questão do gênero só foi abordada muito recentemente na área, isso ocorreu, pois as relações internacionais eram vistas apenas como questões de alta política, diplomacia e segurança, ou como uma extensão das questões nacionais. Os temas referentes ao gênero eram voltados às políticas públicas, ou seja, a baixa política. Abordar este tema nas relações internacionais remete ao papel desempenhado pela mulher no processo histórico e ao fim da visão sexista, pregada pelo realismo, de que o Estado, a luta pelo poder e a guerra se inserem dentro do universo de valores masculinos.

É difícil definir o que seria uma teoria feminista dentro do complexo teórico das Relações Internacionais, já que existem diversas concepções e não uma epistemologia única. Para tanto, é preciso levar em consideração as diferenças internas entre as próprias feministas.

De fato, é possível perguntar se o movimento como um todo pode ser considerado um movimento de dissidência mais por questionar a dominação masculina no decorrer da história do que devido a algum questionamento, por parte do movimento como um todo, sobre metodologia, epistemologia ou ontologia. Algumas feministas certamente se posicionam de maneira epistemológica e ontológica oposta às correntes dominantes na disciplina de Relações Internacionais. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 224)

O feminismo nas Relações Internacionais se torna importante como ferramenta de análise quando o estupro se torna uma arma nas guerras étnicas nos anos 1990. A partir do momento que as mulheres por serem mulheres se tornaram alvos de limpeza étnica, as questões de gênero passam a ser discutidas dentro do campo, principalmente dentro da perspectiva da segurança internacional. Podemos chamar essas pesquisas de *pesquisas empíricas* feministas voltadas para as opressões que as mulheres sofrem nas relações internacionais.

O estupro é usado como uma arma de guerra, reconhecida, inclusive, como tal pela Convenção de Genebra. Na Bósnia, por exemplo, o estupro foi usado sistematicamente como parte de uma política de limpeza étnica. O estupro não é simplesmente uma forma de violência de um grupo em relação a outro e, sim, mais uma forma de reafirmação da dominância masculina, que transforma a mulher em um objeto de pilhagem da guerra. (SARFATI, 2005, p. 297)

Ao refletir sobre as questões de segurança internacional, as feministas conseguiram elucidar a filosofia patriarcal por trás dessa violência e também dos discursos tradicionais acadêmicos.

Os debates acadêmicos da área se segmentaram nas questões de alta política, que tradicionalmente sempre foram delegadas aos homens. As questões militares e de *hard power*³ são intrinsecamente ligadas a masculinidade e a sexualidade ocidental, delimitando o campo da disciplina ao gênero masculino. Por isso, pode-se afirmar que a disciplina é sim uma disciplina extremamente marcada pela questão do gênero. O primeiro passo é discutir a exclusão das mulheres no discurso teórico das Relações Internacionais. Esse questionamento expõe a posição sexista da disciplina.

[...] o termo feminismo denomina os estudos e as teorias que são críticas ao masculinismo e à hierarquia do gênero. O masculinismo é identificado como o privilégio cultural, discursivo, material e estrutural associado à masculinidade, mas que não é limitado ao homem, em relação à feminilidade, que não é limitada às mulheres. A hierarquia do gênero refere-se à dominação institucionalizada do gênero masculino sobre o feminino, nas relações econômicas, políticas, militares e religiosas, por meio da legitimação da forma masculina heterossexual de pensamento e prática. (SARFATI, 2005, p. 294)

Mas apesar disso, essas abordagens buscam explicações para as assimetrias nas relações entre os gêneros e as instâncias de formação de identidades de homens e mulheres, observando o funcionamento das normas e das instituições internacionais. O ponto em comum é reivindicar além da opressão feminina, buscando uma ordem internacional mais justa para todos.

Duas importantes autoras, V. Spike Peterson e Anne S. Runyan identificaram duas possibilidades de se estudar o gênero como categoria de análise dentro do universo internacional. A primeira posição é a *posição das mulheres* e a segunda é o *poder do gênero*.

A primeira possibilidade é a reflexão sobre a marginalização das mulheres nos espaços ocupados pelas teorias tradicionais. A partir desta reflexão, as feministas passam a buscar espaços e indivíduos que antes não eram considerados como parte do escopo das relações internacionais e por isso estavam sempre segregados à margem. Essas são as chamadas feministas de ponto de vista.

No entanto, grande parte das feministas partem de uma visão pós-positivista para não só demonstrar a posição marginalizada das mulheres, mas também apontar como essas posições estão ligadas ao *poder do gênero*. Aqui, gênero tem que ser compreendido como um sistema de símbolos, que é utilizado para interpretar a realidade e fixar significados e consequentemente como um guia para as nossas ações, diferenciando-se da visão tradicional de gênero:

O senso comum compreende que indivíduos agem de determinadas formas como resultado de suas características biológicas e anatômicas. No entanto, quando pensamos na diferenciação entre masculino e feminino não como resultado da biologia, mas como um sistema de símbolos sociais definidores do masculino ou feminino, passamos a entender que são estes símbolos, socialmente interpretados como decorrentes dos sexos biológicos, que impelem os indivíduos a se comportarem de maneira socialmente entendida como condizente com sua anatomia. Quando compreendemos que a diferenciação entre masculino e feminino não é

³ Poder nacional proveniente de meio militares e econômicos.

apenas uma característica individual, mas um conjunto de normas e significados que perpassa os indivíduos, ao mesmo tempo que oferece a esses elementos para a construção de suas identidades, podemos entender o gênero como categoria também presente em discursos e instituições, e em diferentes níveis da vida social – inclusive no nível internacional. (MONTE, 2013, p. 69)

O foco dessas feministas são os movimentos da política internacional que possam contribuir para a construção e manutenção de formas de pensamento balizadas pela dicotomia do masculino/feminino e as normas e instituições que surgem dessa realidade. Isso pode ser notado, como já foi citado, nas questões de alta política, onde os homens tem participação majoritária.

A ausência das mulheres na esfera política é destacada pelos baixos números de governantes mulheres. Em outras esferas esse também é um problema comum, e nunca se atingiu a paridade absoluta entre homens e mulheres nos cargos políticos. Nas organizações internacionais essa ausência é ainda mais aguda, J. Ann Tickner elucida que a participação feminina é centralizada geralmente em cargos inferiores, principalmente nas secretarias.

Na esfera diplomática, algumas pesquisas demonstram o que pode ser chamado de “teto de vidro”⁴, ou seja, existe a possibilidade de ascensão para as mulheres, mas aos cargos que funcionam por meio de indicação política, os homens acabam levando vantagem. O resultado é uma concentração de mulheres em hierarquias inferiores da carreira.

[...] eu vejo “homens” e “mulheres” como sujeitos socialmente construídos que emergem de uma politização de anatomias levemente diferentes, de forma que [essa politização] sustenta grandes divisões de trabalho, tratamento, lugares e poder. (SYLVESTER, 1994, p. 4, tradução nossa)

Mesmo que hoje existam mulheres em altas esferas decisórias, isso não indica uma alteração significativa dos padrões estatais. Peterson e Runyan afirmam que é comum as mulheres em posições de poder adotarem atitudes masculinizadas para se adaptarem às demandas da alta política, o que demonstra que a questão de gênero está diretamente ligada as instituições. A questão então seria, inserir um novo ponto de vista.

Existe também uma outra esfera de atuação do feminismo, representada pelas feministas liberais, que dentro da perspectiva internacional vão discutir sobre o papel do Estado na limitação dos direitos individuais e lutar pela ampliação do alcance dos direitos civis e políticos, que são restritos aos homens. No entanto, a crítica a essas feministas é que as mesmas compartilham muitos pressupostos positivistas, elas acreditam sim que a construção teórica das Relações Internacionais foi um tanto enviesada, mas que também a crítica não precisa ser tão profunda quanto a proposta pelas pós-positivistas.

Surge um debate entre feministas liberais e feministas radicais:

Enquanto feministas liberais buscam oportunidades iguais para mulheres ascenderem a situações de privilégio definidos pela masculinidade, feministas radicais priorizam a autonomia e a liberação das mulheres em relação a normas

⁴ A exclusão das mulheres na ciência foi organizada de duas formas: a horizontal ou a territorial, que trata a divisão de áreas do conhecimento caracterizadas em femininas ou masculinas na ciências, e a vertical ou hierárquica, que se refere à exclusão das mulheres do topo da carreira científica, fenômeno também conhecido como “teto de vidro”.

masculinistas e heteronormativas – ou seja, desafiam o poder do gênero dentro do Estado e do sistema interestatal. (MONTE, 2013, p. 73)

Existe ainda outra interpretação para o feminismo nas Relações Internacionais e ela é dada pelas feministas socialistas. As diferenças de condições materiais de existência entre homens e mulheres vão guiar a opressão feminina e a principal fonte do patriarcado vai ser o trabalho feminino, em especial o reprodutivo. Podemos incluí-las no grupo das feministas de *ponto de vista*, pois elas acreditam que a percepção da realidade varia de acordo com a base material do observador.

Ao longo da década de 90, as feministas de *ponto de vista* vão sofrer uma série de críticas, o que faz com que exista um terceira onda feminista, representada pelas feministas pós-coloniais, pós-estruturalistas e pós-modernas. Elas partem da ideia de que é muito complicado definir um conjunto determinado de causas para a opressão das mulheres, pois as fontes dessa opressão são dinâmicas e complexas e estão sempre associadas ao dinamismo das relações sociais.

Dessa maneira evidencia-se a não existência de uma identidade feminina universal que permita a categorização das mulheres como gênero, pois a terceira onda vem elucidar não mais a troca de papéis ou as lutas, mas a complementariedade independentemente da categorização. Assim sendo, passamos a ser iguais enquanto humanos na busca por direitos iguais.

Pode-se destacar ainda outro movimento feminista dentro das Relações Internacionais, as chamadas ecofeministas. A perspectiva ecofeminista enxerga a opressão como parte de um contínuo, a exploração seja da natureza e de seus recursos, seja pela violência doméstica, seja pelas guerras totais é sempre a mesma, variando apenas de intensidade. Todo tipo de exploração é moldado pela exploração da mulher e por isso, as mulheres acabam sofrendo as cargas acumuladas dessas explorações.

Outra autora importante da teoria feminista em Relações Internacionais é Christine Sylvester. Para ela, apesar de existir uma ampla dominação masculina na área, seja pela participação ou até pelos temas discutidos, a disciplina vai negar ter qualquer relação com a questão do gênero. E por esse motivo, deve-se associar o feminismo nas Relações Internacionais mais ao conceito de dissidência que as próprias questões pós-positivistas.

Sylvester vai definir três formas pela qual a teoria feminista pode englobar a categoria de gênero nas questões internacionais. O ponto de vista feminista que se insere numa categoria mais tradicional de feminismo e cria uma intersecção entre as questões de gênero e as questões de poder nas Relações Internacionais. O feminismo pós moderno que ultrapassa as fronteiras e traz uma abordagem que questiona o conceito dado de identidade na política internacional, demonstrando que gênero é uma categoria raramente bem definida e separada claramente das questões políticas e culturais.

Essas duas formas de feminismo se distanciam principalmente ao discutir o estabelecimento de formas alternativas de soberania. As integrantes do ponto de vista feminista acreditam que as mulheres podem e devem produzir políticas alternativas e com isso novas formas de soberania. De acordo com o ponto de vista feminista, deve-se incorporar as questões de gênero como categoria de análise além da inclusão das próprias mulheres nas forças armadas para que exista uma transformação do quadro político dominado por um único gênero. Num radicalismo extremo decorreria na substituição da dominação masculina por uma dominação feminina.

Já as feministas pós-modernas são contrárias a esse tipo de pensamento, da mesma maneira que rejeitam as posições teóricas dominantes das Relações Internacionais. Pois

ambas as posições excluem o outro sexo em vez de tentar incluí-lo, o que prejudica a capacidade crítica.

[...] O exemplo da solidariedade de gênero é revelador a esse respeito. Ao mesmo tempo em que a identidade de gênero permite o desenvolvimento da solidariedade intragênero, isso significa que membros do outro gênero são excluídos dessa solidariedade por não compartilharem a identidade do outro grupo. A diferença vem, então, com a identidade, e diferença e identidade são definidas em termos uma da outra[...] (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p. 226)

Uma outra forma de feminismo pode ser caracterizada pela influência da teoria crítica. Inspiradas pela emancipação e pelos interesses “subversivos” do movimento, essas feministas buscam uma maneira alternativa de pensar, diferente das feministas pós-modernas. Essa terceira vertente parece um ajuste das vantagens analíticas das abordagens supracitadas, porque permite a elaboração de críticas teóricas e alternativas políticas, fortalecendo as características desafiantes do movimento.

O grande questionamento de toda essa gama de feministas é sobre a suposta neutralidade das teorias de Relações Internacionais, as feministas tentam mostrar os aspectos masculinos dominantes e buscar as vozes femininas para ampliar o escopo da disciplina, além de apontar as demais formas de exclusão praticadas. Um dos passos é identificar os obstáculos que existem à plena atuação feminina na política e reconhecer as mulheres como legítimos sujeitos das esferas pública e política.

Uma das áreas onde o movimento feminista tem mais força é no estudo da globalização, pois aqui a condição feminista pode exercer seu projeto de resistência. Com a globalização, os movimentos de resistência e de solidariedade tem alcance internacional, o que leva a uma “desocidentalização” do processo, favorecendo a produção de conhecimento teórico e impulsionando a agenda feminista.

Outra contribuição teórica do início dos anos 90 é o pós-colonialismo, os estudos pós-colonialistas são originários da literatura e se expandem para as ciências humanas e sociais como um todo. A nossa história é a história dos vitoriosos e essa realidade não é diferente nas relações internacionais, os vitoriosos exprimem suas vozes e lógicas normativas, determinando os rumos das relações e estipulando os valores da sociedade, enquanto os vencidos são excluídos do processo.

A escola pós-colonial abarca a perspectiva crítica das partes não amplamente representadas pelos holofotes da academia do eixo americano-europeu das Relações Internacionais. A história como é escrita e difundida é produto direto das macro e das micronarrativas dos vitoriosos. (CASTRO, 2012, p.390)

O passo inicial para a formação de uma disciplina das Relações Internacionais está ligado a Primeira Guerra Mundial, já que anteriormente as questões relacionadas ao internacional eram discutidas por diplomatas, historiadores e juristas e estavam continuamente carregadas de parcialidade. A Primeira Guerra influenciou o comportamento dos países fora de suas fronteiras, transformando as condições do sistema internacional.

Em primeiro lugar, mereceu atenção o fato de que o estudo das relações internacionais deixou de ser a mera observação do movimento da diplomacia e dos processos de poder político [...] A abordagem dos problemas internacionais na perspectiva histórica deixou de adotar a atuação do Estado e dos sistemas de Estados como sua única referência. Em segundo lugar, deve-se considerar que esta área de conhecimento avançou nas últimas décadas. Novos problemas animaram a

redefinição do objeto de estudo e moveram as relações internacionais para um campo bastante mais abrangente e rico que o da mera ciência política ou da economia política. (SARAIVA, 2008, p.02)

O primeiro departamento dedicado à disciplina foi estruturado em 1917 na universidade escocesa Aberys-twyth. Esse departamento destinava-se a questão da guerra, estudar as suas causas para compreender a melhor maneira de amenizar suas consequências. Aqui, as Relações Internacionais surgiram de uma cooperação acadêmica e da diplomacia, era uma teoria do “dever ser”.

[...] o projeto das Relações Internacionais como disciplina nasceu da necessidade de se encontrarem as razões da Primeira Guerra Mundial, uma vez que a História Diplomática e o Direito Internacional, que ao longo do século XIX haviam-se ocupado do assunto, já não conseguiam mais dar conta da complexa rede de interações que formavam a realidade das relações internacionais do século XX. (GONÇALVES, 2002, p. 50)

Com a Segunda Guerra Mundial, o mundo necessitava de uma visão das relações internacionais que se debruçasse sobre o comportamento dos Estados e sobre as questões de segurança, sem se preocupar tanto com as questões morais.

Essa realidade também foi motivadora para a pesquisa das relações internacionais norte-americanas, o Estado investiu muito na área, o que estimulou diversos estudiosos a se dedicarem ao campo. No entanto, diferentemente da disciplina que nasceu no Reino Unido, a norte-americana era extremamente vinculada a Ciência Política e por isso, assumiu um caráter excessivamente prático, foram enfatizados os problemas enfrentados pelo Estado e não as especulações teóricas.

Esses dois polos de estudo são justificáveis também pelas razões de poder, o Reino Unido exerceu papel hegemônico, no século XIX e início do século XX e os EUA despontaram como a grande potência no século XX. Nesses casos, os estudos das relações internacionais se ajustavam ainda para um entendimento do mundo, que fosse adequado para consagrar a posição de poder que essas potências ocupavam.

Após o fim da Segunda Guerra mundial, existiu um esforço significativo no sentido de construir uma ordem internacional que garantisse condições necessárias, sobretudo para a segurança econômica e a reconstrução do capitalismo. Os pactos para permitir essa realidade foram protagonizados em Bretton Woods e estabeleceram um novo marco nas relações econômicas internacionais. A teoria passou a ter como principal objetivo a manutenção de uma ordem político-econômica estável, por meio da promoção do livre comércio, estabilidade financeira e cooperação entre os países. A criação de instituições como o FMI⁵, focado na estabilidade financeira mundial, o BIRD⁶, que oferecia apoio financeiro as economias assoladas pela guerra e o GATT⁷, serviam como pilares para esta nova ordem sob o comando norte-americano.

Nesse período, a comunidade internacional produziu diversos discursos que tendiam para a promoção global de valores comuns como os direitos humanos, o humanismo e a democracia. No entanto, esses valores eram baseados em tradições em costumes particulares tradições do Ocidente, rejeitando a multiplicidade existente no processo de formação dos valores.

⁵ Fundo Monetário Internacional.

⁶ Banco Internacional de Desenvolvimento e Reconstrução.

⁷ Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.

Em contrapartida a essa dominação da disciplina surgem focos de resistência e luta pelo reconhecimento de novos atores nas Relações Internacionais. Esses novos atores tinham as mesmas condições de soberania que os demais, pois já haviam passado pela experiência colonial e pelo processo de libertação, mas ainda apresentavam alguns problemas de organização. São diversos tipos de relações que passam a impor uma série de desafios aos estudos internacionais, as relações entre ex-colônias e ex-metrópoles, entre imigrantes e hóspedes, entre tantas outras. Pode-se classificar esses estudos como estudos de fronteiras, seja entre as disciplinas, entre os grupos nacionais e étnicos, seja entre os incluídos e os excluídos.

Siba N'Zatioula Grovogui e Kate Manzo são dois autores importantes para a perspectiva pós-colonial e vão apontar as falhas do pensamento humanista e sua falsa pretensão de universalidade. A proposta dos autores não é extremamente radical, pois eles propõe uma reforma do humanismo em vez de sua rejeição, para isso ambos buscam alternativas para a sua reestruturação. Kate Manzo busca um humanismo crítico enquanto Grovogui se utiliza de uma etnografia reversa.

O humanismo crítico de Manzo utiliza o pós-colonialismo e o pós-modernismo para corrigir os aspectos eurocêntricos. O humanismo em si possui características essenciais, mas acaba por favorecer uma perspectiva em detrimento das outras e com isso perde a sua dimensão universal. A proposta de Manzo parte de uma estratégia de diálogo entre pós-colonialismo e pós-modernismo como via para atingir objetivos mais universais.

O núcleo hegemônico das relações internacionais e dos assuntos relativos ao sistema internacional sempre difundiu a ideia de que a internacionalização faz parte de um projeto europeu/ocidental e foi facilitado pelo processo de colonização mundo afora. Para as questões de segurança internacional, esse pensamento foi sempre muito importante pois garantiu a liderança e a hegemonia Ocidental.

Rather, Western theoretical traditions have produced their own histories and conceptual economies based upon the presumption of the inexorable progression of an omniscient regenerative Western civilization that they contrast with stereotypes of fixed cultures elsewhere, presumed to be beset by privation and moral degeneration. (GROVOGUI, 1998, p. 501)

A etnografia reversa é a forma encontrada por Grovogui de criticar o humanismo europeu, o questionamento que resulta dessas críticas é necessário para resgatar e corrigir esse humanismo, em uma tentativa de torná-lo universal. Os ex-colonizados vão se utilizar dos métodos das ex-colônias para observar, estudar e consertar os erros cometidos, ou seja, é estudar o Ocidente a partir dos dispositivos ocidentais utilizados nas ex-colônias.

A crítica e a proposta de reforma das bases do humanismo ocidental impulsiona o desenvolvimento de sujeitos e saberes ex-colonizados que façam parte do campo de conhecimento da disciplina e possam influenciar as transformações e os questionamentos da área.

A força do pós-colonialismo dentro do quadro teórico de Relações Internacionais está em buscar alternativas legítimas para as visões enraizadas e eurocêntricas, delimitadas por estudos marcadamente estadocêntricos, que restringem a capacidade crítica dos modelos teóricos.

Em seus estudos, Foucault deu espaço para uma diferente reflexão do poder, inerente às Ciências Sociais e Humanas. Suas perspectivas foram empregadas como mecanismos de resistência às interpretações positivistas e realistas do mundo. Ao demonstrar que existem

sistemas disciplinadores das nossas concepções, podemos romper com o sistema tradicional de produção de conhecimento nas Relações Internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desses levantamentos, a aspiração desse trabalho é elaborar uma crítica ao campo das Relações Internacionais, pressupondo que o mesmo em grande medida, pode ser considerado como um discurso de poder e ainda refletir sobre como os aparatos de investigação propostos por Foucault podem facilitar a elaboração dessa perspectiva crítica para a área. Ao realizar essa análise, o estudo também retirará das obras de Foucault pistas para a construção desta perspectiva e tentará demonstrar como o pensamento de Foucault sobre poder, saber e subjetividade pode elucidar a característica problemática da natureza do campo e propor um modelo alternativo as teorias institucionalizadas.

A análise crítica do campo pode proporcionar maior rigor metodológico para diagnósticos das identidades políticas e das práticas da política internacional. Pois o discurso das Relações Internacionais é ainda um discurso de poder do Estado e somente isso, logo não há pensamento crítico na área. Foucault pode fornecer novas abordagens que ressaltem diversas fontes de poder além do Estado.

A pretensão foi utilizar a obra de Foucault para enxergar o discurso nas Relações Internacionais não apenas como um método, mas sim como parte de um processo histórico e para produzir um questionamento sobre a função dos discursos como discursos de poder e sobre as formas de aprisionamento a que estamos submetidos. Além de delimitar uma perspectiva crítica que também seja crítica a si mesma.

As críticas provenientes dos paradigmas feministas e pós-coloniais são um grande passo para transformar a estrutura teórica do campo e articular diversos saberes para além de rótulos masculinos e femininos ou hegemônicos e contra-hegemônicos.

REFERÊNCIAS

- BARTELSON, Jens. *A Genealogy of Sovereignty*. New York: Cambridge, 1996.
- CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012.
- CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*. N. 51(2), 8-25, 2008.
- DER DERIAN, James. *Critical Practices in International Theory: Selected Essays*. London: Routledge, 2009.
- DER DERIAN, James and SHAPIRO, Michael J. *International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics*. Maryland: Lexington Books, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

- _____. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1995
- _____. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2013.
- _____. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- _____. Omnes et singulatim: uma crítica da Razão Política. In: Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, pp. 355-385.
- _____. Segurança, território e população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2013.

FOURNIER, Philippe. Michel Foucault's Considerable Sway on International Relations Theory. *Bridges: Conversations in Global Politics and Public Policy*, Vol. 1: Iss. 1, Article 3. Disponível em: <<http://digitalcommons.mcmaster.ca/bridges/vol1/iss1/3>> Acesso em 03 de setembro de 2013.

GRIFFITHS, Martin. *International Relations Theory for the Twenty-First Century: an introduction*. New York: Routledge, 2007.

GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *Relações internacionais*. Biblioteca virtual do CEDEP, UFRGS, 2003. Disponível em: <http://www.ceedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2013.

GROVOGUI, Siba. Criticism and Form: speech acts, normativity and the postcolonial gaze. In: DEBRIX, François (ed.). *Language, agency and politics in a constructed world*. Nova York: M.E. Sharpe Inc., 2003, p. 121-142.

_____. *Rituals of Power: Theory, Languages and Vernaculars of International Relations*. *Alternatives*, n. 23, 1998, p. 499-529.

HANSENN, Beatrice. *A Teoria Crítica e o pós-estruturalismo: Habermas e Foucault*. In: LIMA, Betina Stefanello. *Teto de Vidro ou Labirinto de Cristal? As margens femininas das ciências*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2008.

RUSH, Fred. (Org). *Teoria Crítica*. Trad. Beatriz Katinsky e Regina Andrès Rebollo. Aparecida: Idéias e Letras, 2008, p. 329-360.

HERZ, Mônica. *Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria*. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2: 307-324, 1997. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 10 de agosto de 2013.

HONNETH, Axel. Foucault's Theory of Society: A systems-Theoretic Dissolution of the Dialectic of Enlightenment. In: *The Critique of Power: Reflective Stages in a Critical Social Theory*. Cambridge: The MIT Press, 1991, p. 176-202.

JUNIOR, Oswaldo Giacoia. Sobre Jürgen Habermas e Michel Foucault. *Trans/Form/Ação*. V.36, p. 19-32, 2013.

LAPID, Yosef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*, v.33, n.3, p. 235-254, 1989.

LINKLATER, Andrew. The Question of the Next Stage in International Relations Theory: A Critical-Theoretical Point of View. *Millennium - Journal of International Studies*, 1992 21: 77-98.

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: Teoria e História*. São Paulo: Saraiva, 2004.
MAIA, Antonio Carlos. Algumas considerações sobre o conceito de poder em Michel Foucault. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas)—Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1988.

MANZO, Kate. Critical Humanism: Postcolonialism and Postmodern Ethics. *Alternatives*, 22, 3, July-September 1997: 381-408.

MERQUIOR, José Guilherme. *Michel Foucault: ou o Nihilismo de Cátedra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MONTE, Isadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim Falou Zaratustra*. Rio de Janeiro. Tradução de Mário da Silva. Ed. Civilização Brasileira, 1986.

_____. *Genealogia da Moral*. São Paulo, Ed. Companhia das letras, 1998.

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. (Org.). *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PETERSON, Spike V., and RUNYAN, Anne S. *Global Gender Issues: Dilemmas in World Politics*. Colorado: Westview Press, 1999.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. *Relações Internacionais: teorias e agendas*. Brasília: IBRI, 2002.

ROUANET, Sergio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Mal-estar na modernidade: Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SARAIVA, José Flávio Sombra e CERVO, Amado Luiz. O crescimento das Relações Internacionais no Brasil. Brasília: IBRI, 2005.

SARFATI, Gilberto. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2005.

SELBY, Jan. Engaging Foucault: Discourse Liberal Governance and the limits of Foucauldian IR. *International Relations*, 2007, 21: 324-345.

SUANO, Marcelo J. F. O discurso teórico nas Relações Internacionais. *Civitas*. Porto Alegre. Vol. 5, nº 2, jul-dez 2005, pp. 245-274.

SYLVESTER, Christine. *Feminist Theory and International Relations in Postmodern Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. *Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era*. New York: Columbia University Press, 2001.

TICKNER, J. Ann. *You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists*. *International Studies Quarterly*. (1997) 41, 611-632.

WALKER, Rob B. J. International Relations and the Concept of the Political. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve (Ed.). *International Relations Theory Today*. University Park: University of Pennsylvania Press, p.306-327, 1995.